

# SENADO FEDERAL PARECER (SF) Nº 5, DE 2024

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei n° 3324, de 2023, da Senadora Zenaide Maia, que Altera a Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, para incluir emergencialmente a mulher em situação de violência doméstica e familiar entre os beneficiários do Programa Bolsa Família.

**PRESIDENTE:** Senador Vanderlan Cardoso

**RELATOR:** Senadora Augusta Brito

05 de março de 2024



## PARECER N°, DE 2024

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei nº 3.324, de 2023, da Senadora Zenaide Maia, que altera a Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, para incluir emergencialmente a mulher em situação de violência doméstica e familiar entre os beneficiários do Programa Bolsa Família.

Relatora: Senadora AUGUSTA BRITO

### I – RELATÓRIO

Vem à análise desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei (PL) nº 3.324, de 2023, da Senadora Zenaide Maia, que altera a Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, para incluir emergencialmente a mulher em situação de violência doméstica e familiar entre os beneficiários do Programa Bolsa Família.

O art. 1º do PL descreve seu objeto e o art. 2º altera a Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, para permitir a inclusão emergencial no Programa Bolsa Família (PBF) das mulheres e seus dependentes em situação de violência doméstica e familiar.

O art. 3°, então, fixa a vigência da lei a partir da data de sua publicação.

A matéria foi distribuída, inicialmente, à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que se manifestou favoravelmente à aprovação. Foi, então, distribuída a esta CAE, onde fui designada relatora, e seguirá à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que deliberará de forma terminativa, nos termos do inciso I do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Não foram apresentadas emendas até o presente momento.

## II – ANÁLISE

Nos termos do inciso I do art. 99 do RISF, compete à CAE opinar sobre o aspecto econômico e financeiro do PL nº 3.324, de 2023. Antes, porém, cumpre avaliar os requisitos de **admissibilidade** da proposição, referentes à sua constitucionalidade, regimentalidade, técnica legislativa e juridicidade.

Quanto à constitucionalidade, o PL observa a competência da União para dispor acerca da assistência social, cumpre a competência legislativa do Congresso Nacional e não viola a iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos, respectivamente, do inciso XXIII do art. 22, do art. 48 e do § 1º do art. 61, todos da Constituição. Ademais, não se vislumbra no conteúdo da proposição qualquer violação material ao texto constitucional.

Quanto à regimentalidade e à técnica legislativa, não há qualquer afronta ao RISF ou às disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Ainda, quanto à juridicidade, a proposição inova o ordenamento jurídico e é dotada de abstração, generalidade e coercitividade.

Avança-se, então, ao mérito econômico-financeiro da proposição.

Sob ponto de vista econômico, a proposição confere uma maior proteção às vítimas de violência doméstica e familiar através do Programa Bolsa Família (PBF). Assim, o PL aperfeiçoa o sistema protetivo existente no país e projeta externalidades positivas sobre o convívio social e a seara econômica.

Ademais, deve-se ressaltar a pertinência de um ajuste redacional no texto do parágrafo único do art. 5° e no inciso III do § 3° do art. 6° da Lei n° 14.601, de 2023, alterados pelo art. 2° do PL. Isso porque, em diálogo desta relatora com a autora do PL, restou claro que o caráter emergencial proposto na redação original da proposição pretende conferir o ingresso no PBF de forma prioritária para as mulheres e seus dependentes em situação de violência doméstica e familiar, desde que cumpridos os critérios de elegibilidade constantes dos incisos I e II do *caput* do art. 5° e em consonância com § 1° do art. 11, que estabelece necessidade de compatibilização da quantidade de

#### SENADO FEDERAL Gabinete da Senadora Augusta Brito

beneficiários e benefícios com as dotações orçamentárias disponíveis, da referida legislação de regência do PBF.

Ainda, visando fixar a prioridade para reingresso no PBF, disposta no inciso III do § 3º do art. 6º da Lei nº 14.601, de 2023, no mesmo formato que a supracitada prioridade para ingresso, faz-se também necessário ajustar esse dispositivo para que não subsista a limitação à mulher responsável pela família e para que conste referência literal aos dependentes em situação de violência doméstica e familiar.

Por fim, em atenção do disposto no § 5º do art. 195 da Constituição e no art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), registra-se que a presente proposição é neutra do ponto de vista financeiro-orçamentário, pois não altera os critérios de elegibilidade para ingresso ou reingresso no programa, desse modo, não implica em ampliação do público-alvo do programa e, por conseguinte, em elevação de despesas com o PBF. Ademais, compatibiliza a quantidade de beneficiários e benefícios com as dotações orçamentárias disponíveis.

#### III - VOTO

Ante o exposto, manifestamo-nos pela **aprovação** do Projeto de Lei (PL) nº 3.324, de 2023, com as 2 (duas) emendas abaixo consignadas.

#### EMENDA Nº 1- CAE

Dê-se ao parágrafo único do art. 5° da Lei n° 14.601, de 19 de junho de 2023, na forma do art. 2° do Projeto de Lei (PL) n° 3.324, de 2023, a seguinte redação:

'Art. 5°	 	 	 	

Parágrafo único. Emergencialmente, o Programa Bolsa Família também atenderá a mulheres e seus dependentes em situação de violência doméstica e familiar que necessitarem do benefício, observados o disposto nos incisos I e II do *caput* deste artigo e o § 1º do art. 11 desta Lei". (NR)

## Gabinete da Senadora Augusta Brito

EMENDA Nº 2- CAE

	Dê-se	ao inciso	III c	do §	3°	do	art.	6° (	da I	Lei 1	n°	14.60	1, d	e 1	9 de
junho de 2	2023, na	forma do	art.	2° do	o Pr	ojet	to de	e Le	ei (P	L) 1	n° .	3.324,	de	202	23, a
seguinte re	edação:														

	"Art. 6°	
	§ 3°	
violé	III – as famílias com mulheres e seus de ência doméstica e familiar." (NR)	
	Sala da Comissão,	
	,	Presidente
		Relatora





# Relatório de Registro de Presença

# 3<sup>a</sup>, Ordinária

## Comissão de Assuntos Econômicos

Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, PDT, MDB, PSDB)							
TITULARES		SUPLENTES					
ALAN RICK		1. SERGIO MORO	PRESENTE				
PROFESSORA DORINHA SEABRA	PRESENTE	2. EFRAIM FILHO	PRESENTE				
RODRIGO CUNHA	PRESENTE	3. DAVI ALCOLUMBRE					
EDUARDO BRAGA		4. JADER BARBALHO					
RENAN CALHEIROS	PRESENTE	5. VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE				
FERNANDO FARIAS	PRESENTE	6. FERNANDO DUEIRE					
ORIOVISTO GUIMARÃES	PRESENTE	7. MARCOS DO VAL					
CARLOS VIANA		8. WEVERTON					
CID GOMES		9. PLÍNIO VALÉRIO	PRESENTE				
IZALCI LUCAS	PRESENTE	10. RANDOLFE RODRIGUES					

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD)							
TITULARES		SUPLENTES					
VANDERLAN CARDOSO	PRESENTE	1. JORGE KAJURU	PRESENTE				
IRAJÁ		2. MARGARETH BUZETTI	PRESENTE				
OTTO ALENCAR	PRESENTE	3. NELSINHO TRAD					
OMAR AZIZ		4. LUCAS BARRETO	PRESENTE				
ANGELO CORONEL	PRESENTE	5. ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE				
ROGÉRIO CARVALHO		6. PAULO PAIM	PRESENTE				
AUGUSTA BRITO	PRESENTE	7. HUMBERTO COSTA	PRESENTE				
TERESA LEITÃO	PRESENTE	8. JAQUES WAGNER	PRESENTE				
SÉRGIO PETECÃO		9. DANIELLA RIBEIRO					
ZENAIDE MAIA	PRESENTE	10. VAGO					

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)							
TITULARES		SUPLENTES					
WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE	1. JAIME BAGATTOLI					
ROGERIO MARINHO	PRESENTE	2. FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE				
WILDER MORAIS		3. MAGNO MALTA					
EDUARDO GOMES		4. ROMÁRIO					

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)								
Т	NTES							
CIRO NOGUEIRA		1. ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE					
TEREZA CRISTINA		2. LAÉRCIO OLIVEIRA	PRESENTE					
MECIAS DE JESUS	PRESENTE	3. DAMARES ALVES	PRESENTE					

#### **Não Membros Presentes**

JORGE SEIF SORAYA THRONICKE

05/03/2024 11:25:59 Página 1 de 1

# **DECISÃO DA COMISSÃO**

(PL 3324/2023)

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL AO PROJETO COM AS EMENDAS NºS 1 E 2-CAE.

05 de março de 2024

Senador VANDERLAN CARDOSO

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos